

Sumário

PP 16
PP XELB

XELB 9

Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História
2009

Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve
O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo
Homenagem a José Luís de Matos

(Silves, 23, 24 e 25 de Outubro 2008)



Museu Municipal de Arqueologia
Câmara Municipal de Silves

**6º Encontro de Arqueologia do Algarve
O Gharb no al-Andalus: sínteses e
perspectivas de estudo
Homenagem a José Luís de Matos**

Organização:

Câmara Municipal de Silves
Campo Arqueológico de Mértola
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico
e Arqueológico
Universidade do Algarve

Comissão Executiva:

Maria José Gonçalves
Susana Gómez-Martínez
Pedro Barros
Santiago Macias

Secretariado:

Ana Patrícia Picoito
António Medeiros Rodrigues
Carolina Mendonça
Isabel Nunes
Luísa Mogo

Audiovisuais:

Carlos Rocha

**Xelb 9
Actas do 6º Encontro de Arqueologia
do Algarve**

Edição e Propriedade:

Câmara Municipal de Silves
Museu Municipal de Arqueologia

Coordenação Editorial:

Maria José Gonçalves

Autores:

Alessia Amato, Alexandra Pires, Alexandre Valinho, Angelina Pereira, António José Matias, Antonio Malpica Cuello, Bilal Sarr Marroco, Bruno Franco, Carolina Grilo, Carolina Mendonça, Catarina Oliveira, Célia Gonçalves Sequeira, Christine Mazzoli-Guintard, Cláudio Torres, Constança Santos, Gonçalo Lopes, Guillermo Rosselló-Bordoy, Helena Catarino, Isabel Cristina Fernandes, Isabel Inácio, Isabel Luzia, Jacinta Bugalhão, Jaquelina Covaneiro, João António Marques, João Nuno Marques, João Pedro Oliveira Gomes, José Luís de Matos, Juan Bautista Salado Escaño, Juan Zozaya Stabel-Hansen, Luca Mattei, Luís Campos Paulo, Magdalena Valor Piechotta, Manuel Ación Almansa, Manuela Marín, Maria Antónia Martínez Nuñez, Maria de Fátima Palma, Maria Isabel Fernandes da Silva Soares, Maria Jesus Viguera, Maria José Gonçalves, Miguel Alba, Miguel Godinho, Miguel Serra, Mostafa Zekrí, Patrícia Dores, Pierre Guichard, Rafael Carmona Ávila, Ricardo Izquierdo Benito, Rocío Álvaro Sánchez, Rosa Varela Gomes, Sandra Cavaco, Santiago Feijoo, Santiago Macias, Sónia Filipe, Susana Calado Martins, Susana Gómez-Martínez, Tânia Silva, Vicente Salvatierra Cuenca, Virgílio Lopes

Foto capa: António Manuel Guerreiro

Fotos separadores não incluídas nos

artigos: Paulo Simões, Maria José Gonçalves

Design, Composição e Impressão:

Gráfica Comercial Arnaldo Matos Pereira, Lda.
- Loulé - www.graficacomercial.com

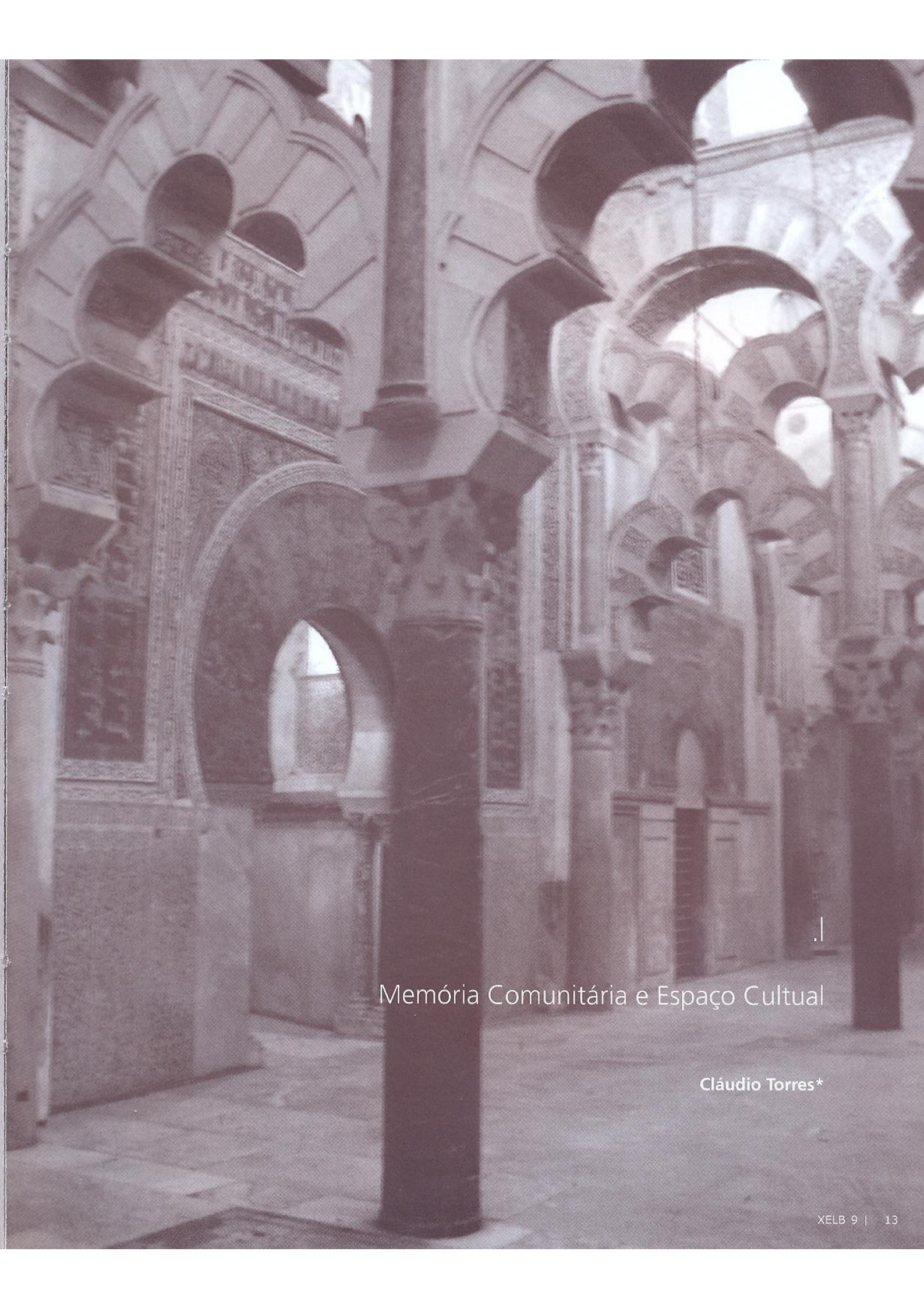
ISBN: 978-972-8505-24-0

Depósito Legal: 299783/09

Tiragem: 500 exemplares

Outubro de 2009

O conteúdo dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores



Memória Comunitária e Espaço Cultural

Cláudio Torres*

Resumo

Rever a memória comunitária e espaço cultural no Mediterrâneo, ao longo da história, e reconhecer a importância vital deste processo para o equilíbrio de tensões e de saberes entre grupos marcadamente diferentes, afirma-se como uma necessidade urgente, nos dias hodiernos, de aceitar e respeitar o diferente.

O autismo do Ocidente e o confronto civilizacional deste para com o Médio Oriente obriga a evocar alguns temas da “velha Europa” com o intuito de esbater fronteiras e assimetrias ideológicas.

Resumen

La revisión de la memoria comunitaria del espacio cultural del Mediterráneo a lo largo de la Historia y el reconocimiento de la importancia vital de este proceso para el equilibrio de tensiones y de saberes entre grupos marcadamente diferentes significa, en los días de hoy, una necesidad urgente de aceptar y respetar lo diferente.

El autismo de Occidente y el enfrentamiento entre civilizaciones con el Medio Oriente obliga a evocar algunos temas de la “vieja Europa” con la intención de diluir fronteras y asimetrías ideológicas.

* Director do Campo Arqueológico de Mértola.

No actual contexto internacional, num momento em que parece aumentar a incompreensão entre culturas diferentes, em que o chamado Ocidente, apesar de fragilizado nos seus fundamentos e enleado nas suas próprias contradições, ainda quer impor com sobrançeria os seus modelos de civilização, é tempo de olhar mais atentamente para um passado não tão longínquo como pode parecer.

O que está hoje a acontecer no Iraque e em geral no Médio Oriente é sobretudo um embate, estupidamente desencadeado, entre duas formações civilizacionais: - de um lado, formas culturais definidoras dos velhos saberes mediterrânicos e, do outro, um caldo cultural que, orgulhosamente, catalogamos como a modernidade, o progresso e a democracia. Esta postura de exacerbado autismo do Ocidente e mais concretamente da ignorante e primitiva elite governativa norte-americana, pode conduzir a Europa à situação irreversível de estar não só a empenhar o seu relacionamento com os países do Sul, como também a fragilizar as amarras culturais com o nosso próprio passado. Esta guerra neo-colonial, este drama que se desenrola ante os nossos olhos, será um bom ponto de partida para tratarmos da memória, para abordar alguns temas da “velha Europa”, como foi recentemente catalogada pela administração Busch e que, precisamente pelo seu passado, pela sua longa memória de muitas gentes e histórias, é, por isso mesmo, o nosso orgulho, o nosso património mais entranhado. Essa argamassa de múltiplas memórias é, afinal, o pavimento em que podemos pôr os pés em terra, em que podemos, naturalmente, olhar o

outro de frente, ser olhados e aceites nas nossas assimetrias e diversidade.

Não se trata apenas do Islão, até porque, depois destas três dezenas de anos a escavar em Mértola, a abrir a terra, à procura das tropas invasoras de Tarik, afinal fomos encontrar sobretudo o Mediterrâneo em toda a sua diversidade e coerência. Porque o Islão é, de facto, indissociável das velhas civilizações que o precederam, está profundamente ligado ao nosso passado, tanto quanto o está também ao nosso presente e – oxalá de uma forma criativa e benéfica – ao nosso futuro. Vão sendo abertos novos horizontes a esbater fronteiras ideológicas, tais como o antes e o depois de 711. Para a arqueologia, este acontecimento é um não facto.

Ao contrário, notam-se insistentes e indementíveis fenómenos de continuidade, contradizendo a tradicional divisão da história em fatias: depois dos Romanos, teriam vindo os Suevos, Visigodos e depois os Árabes. Pelo contrário, aqui nestas terras do Sul, estamos a constatar um encadeamento, quase sem rupturas, em que o mundo rural se mantém praticamente imutável e em que as inovações introduzidas, quase exclusivamente nos centros urbanos, se sedimentam lentamente, por vezes ao longo de séculos. Em qualquer intervenção no subsolo, além de ruínas arquitectónicas e técnicas artesanais, recolhemos restos alimentares e recipientes que, usados ao longo de muitas gerações, atravessaram todo o Mediterrâneo nos períodos romano e islâmico, chegando muitos deles até aos nossos dias.

É curioso constatar que, neste encadeado de crenças e religiões, de um modo geral, o mundo camponês, as civilizações de carácter agrário, sempre tiveram tendência para sistematizar os seus sistemas religiosos em linhagens politeístas em que cada santo, muitas vezes no papel de divindade local ou regional, intercede no controlo das chuvas e apaziguamento das tempestades, nas boas colheitas, na saúde, fertilidade e bem estar das pessoas. Ao contrário, num olhar de relance pelos grupos sociais tradicionalmente dedicados a actividades comerciais, nota-se uma tendência para cultos monoteístas, naturalmente mais abstractos e portanto iconoclastas.

Na expansão do Cristianismo para Ocidente destacam-se nitidamente duas vias principais. Por um lado, a decisão política imposta pelo édito de Constantino e que em finais do século IV tornou o Cristianismo religião obrigatória do Império. Todos os templos de culto imperial são obrigatoriamente cristianizados, e os grandes senhores da terra, sempre respeitadores dos poderes estabelecidos, convertem os oratórios familiares das suas *villae* em locais de culto cristão. Esta cristianização na Península Ibérica e noutros territórios do Ocidente relaciona-se sobretudo com as classes dirigentes, consolidando-se nos centros episcopais e nos mosteiros onde prevaleceu um certo revivalismo dos fastos do Império perdido e onde se começou a hierarquizar a nascente sociedade feudal.

O outro caminho da expansão cristã, mais lento, mas talvez mais profundo, acompanhou as rotas do comércio marítimo, fundiu-se nos velhos ritos populares dos mistérios, penetrou no seio de escravos e libertos, associou-se a outros movimentos de salvação e culto dos mortos, implantou-se solidamente nas cidades portuárias, alongando-se pelos trilhos dos mercadores e almocreves. São assimilados outros cultos já antes associados à devoção a Isis -Tanit no Magreb ou o Mitrismo na Bética e Lusitânia, sendo recebidas e adaptadas ao panteon cristão várias outras divindades lunares e solares que passam a integrar os atributos dos muitos santos que vão proliferando no hagiológico cada vez mais complexo das heterodoxias cristãs que povoam nessa altura todo o Mediterrâneo.

Com efeito, não houve um Cristianismo único a espalhar-se por todo o Mediterrâneo. E não me refiro apenas às múltiplas heresias que proliferavam um pouco por toda a parte. Refiro-me também a grandes sistemas filosóficos que se distribuem seja pelo mundo rural e monástico, seja veiculado pelos cidadãos e comerciantes. Por exemplo, no Mediterrâneo Oriental notamos que, desde o século IV, começa a ser nítida uma certa diferença, constantemente reafirmada em todos os concílios, entre os cristãos das margens setentrionais, de uma certa forma mais ligados às capitais do Império – Roma e Bizâncio, e os cristãos do Sul, mais dependentes de Alexandria e de todas as outras cidades-porto onde confluíam as grandes rotas

marítimas internacionais do Mar Vermelho, do Nilo e da Cirenaica. O cristianismo áulico bizantino, que também ditava a ortodoxia, movia-se em torno das cortes imperiais ou papais envolvido num sistema hierarquizado de valores pré-feudais, onde uma pirâmide de heróis e santos era encimada por uma tríade divina.

Nos meios comerciantes das cidades do Sul afirmavam-se os valores do indivíduo que, pelo seu esforço e do seu clã familiar, pode enriquecer e portanto ascender socialmente. A valorização individual cria também um relacionamento directo com a divindade, reforça o poder abstracto e isotérico do monoteísmo. Não é por acaso que tenha sido em Alexandria que se concentraram as últimas correntes filosóficas da Escola de Atenas com Plotino a pontificar o relacionamento directo do homem com Deus através da “graça divina”. Este contacto directo com Deus, além de adoptado pelo Islão, serviu de base à doutrina de Santo Agostinho, cujo pensamento chegou a ser considerado herético quando mais tarde o tomismo se impôs como doutrina oficial da Igreja.

No Império Bizantino foi uma poderosa rede de grandes mosteiros, com uma ideologia mais conservadora, a organizar a contra-ofensiva ao movimento iconoclasta inspirado pelas correntes mais inovadoras das grandes cidades do sul. Estes centros monásticos, aliados e cúmplices de outros grandes senhores da terra cuja produção dependia ainda do trabalho escravo, mas onde já se pressentia o sistema feudal, são a matriz do cristianismo ortodoxo oficialmente reconhecido pela corte imperial bizantina e pela cúria romana. Desta forma, era inevitável uma profunda divisão entre estes dois mundos. Assim, o Sul mediterrânico tenderia a organizar-se em torno de correntes intransigentemente monoteístas onde eram dominantes as correntes monofisitas, que defendem um só Deus absoluto e uma só natureza. Ao rejeitarem a Trindade, considerada como tríade divina, os adeptos dessa doutrina acusavam os cristãos trinitários de politeístas, acusação que curiosamente vai ser repetida uns tempos mais tarde pelos muçulmanos.

Muito antes do Islão, que apenas no século sétimo vai oficializar esta ruptura, no seio do

mundo cristão oriental as diferenças de sistema económico são potenciadas por divergências religiosas. Como é sabido, Constantinopla tentou de várias formas, incluindo a força armada, impor a sua ordem às cidades de Alexandria, Antioquia e Damasco, que entretanto se tinham reorganizado na igreja Monofisita. Aliás não é por acaso que tenha sido nesta zona do Mediterrâneo a surgir e a afirmar-se a nova religião muçulmana, ela também rigidamente monoteísta e hostil à dominação imperial bizantina. Ao contrário do que ainda hoje é afirmado sobre as influências do deserto na sua génese, o Islão forma-se no interior do cristianismo e judaísmo, bebendo das mesmas fontes bíblicas e difundindo-se rapidamente nas comunidades urbanas de mercadores e artesãos, onde tinha garantida a sua base de apoio. Muitas vezes para justificar a fulgurante expansão do Islão como simples fenómeno militar, resumem-se os seguidores de Mohamad a um bando de Árabes a cavalo que invade o Mediterrâneo e impõe uma nova religião. Se, de facto o cimento místico do novo movimento religioso foi recolhido nos horizontes infinitos e primaciais do deserto, foi sobretudo em Alexandria que foram caldeados a filosofia e os princípios teóricos de uma das maiores religiões da humanidade. Era nesta grande metrópole mercantil do delta do Nilo que nessa altura se defrontavam as grandes correntes de ideias no interior da comunidade cristã, com vantagem clara para o monofisismo que também condensava simbolicamente a resistência política ao odiado Império Romano do Oriente. Uma grande proximidade nos grandes princípios religiosos e uma mais do que evidente aliança de interesses contra Bizâncio, fez com que as convergências se transformassem em conversões. O Islão acabaria por dominar toda a região de uma forma inequívoca, uma vez que, na altura, estava não só mais adaptado à realidade, como se impunha a simplicidade da sua liturgia.

Uma serie de descobertas arqueológicas em Mértola, sobretudo de um palácio episcopal monofisita, levou-nos também a compreender melhor a prehistória da religião muçulmana no Ocidente e sobretudo a ver com outros olhos a forma como se expandiu por todo o Mediterrâneo.

Em vez de ficarmos apenas enrolados nas sempre repetidas conquistas militares, começamos a melhor compreender a rápida expansão do Islão, não só como o somatório de condições políticas e económicas favoráveis, como também e principalmente, o facto de nessa altura haver no terreno, sobretudo nas principais cidades portuárias, uma população já praticante de um cristianismo herético que, afinal, estava mais próxima e receptiva à palavra do Profeta.

Embora a implantação do Cristianismo também tenha passado por éditos imperiais e mesmo por uma forte repressão sobre os outros cultos, seria completamente descabido explicar a expansão do cristianismo por uma conquista militar. O mesmo se pode dizer do Islão. A religião muçulmana, última grande religião de salvação, é naturalmente a síntese de todas as religiões anteriores, tendo-se afirmado, naquela época, como a mais inovadora, com capacidade de incorporar todos os elementos fundamentais das religiões anteriores. É uma religião que se expandiu rapidamente nos meios urbanos porque foi sobretudo divulgada por almocreves e mercadores. O gesto de compra e venda é o fundamento de toda a civilização, alimentando os mecanismos de transmissão do conhecimento, criando as linhas de cultura essenciais, que, afinal, resumem a história do Mediterrâneo. Foi através dos portos, dos mercados, das feiras, do intercâmbio, que foi processada a síntese de culturas e saberes, que se difundiram as línguas e as religiões. O fenómeno cultural e religioso da islamização, dada a sua profundidade e carga civilizacional não foi, obviamente, imposto nem pela espada, nem por nenhuma estratégia de conquista militar.

Cingindo-nos aos factos arqueológicos, no período islâmico vamos encontrar por todo o Sul do nosso país, assim como em toda a Andaluzia, uma enorme variedade de artefactos oriundos de contactos com o Oriente e por outro, entre as comunidades camponesas, a um reforço identitário, a uma consolidação das tradições. A maioria da população rural, embora já bastante islamizada em finais do séc. XI, continuava a praticar um Cristianismo pouco católico e a falar romance. Apenas nas cidades, a língua árabe se tornara francamente dominante. Exactamente por isso é

que, em Portugal, os falares dialectais do Sul são diferentes dos falares do Norte. E as diferenças, resultantes da introdução de elementos moçárabes, são obviamente anteriores à Reconquista do século XIII. A língua romance subsistiu nas zonas camponesas, profundamente enraizada, tal como permaneceram alguns rituais cristãos, embora, muitas vezes, pouco ortodoxos. Além dos grandes cultos mais ou menos oficiais, proliferavam heresias, grupos religiosos cristãos que, afastados do controlo episcopal e papal, enveredavam por ritos locais mais antigos ou sincréticos.

Havia uma sabedoria natural na utilização dos espaços religiosos ou mortuários e parece ter sido dominante um certo equilíbrio na convivência de cultos diferentes, porque afinal todos pertenciam à mesma comunidade.

Este espírito de convivência, não desprovido de tensões, com as minorias cristãs, dominante em todo o Mediterrâneo até à intromissão das potências coloniais, está agora a ser destruído no Iraque e apenas sobrevive, de certa forma, na Síria actual onde a torre sineira e o minarete ainda se elevam por vezes bem próximos, em bairros vizinhos. Este seria certamente o cenário vivido no Al-Ándalus, mesmo sob um comprovado integrismo de época almóada. É sintomático que nessa época, existisse em Mértola um bairro cristão, recentemente descoberto no arrabalde, junto do rio.

A história do Mediterrâneo, além de marcar e delimitar as identidades comunitárias é também uma forma de olhar, de saber ver o «outro», de aceitar o diferente. É a história de uma cultura milenar onde é vital o equilíbrio hábil de tensões e de saberes entre grupos que afirmam e alimentam a diferença. É essa inteligência e sabedoria que nos dias conturbados que vivemos, esperamos sejam entendidas e respeitadas pelos senhores do Mundo que pensam possuir e impor uma única verdade.